ATA DA VIGÉSIMA SEXTA (26ª) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS. Aos quinze (15) dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco (2025), às nove horas e trinta e oito minutos (9h38), reuniu-se a Câmara Municipal de Anápolis em Sessão Ordinária, no Plenário Teotônio Vilela, sob a Presidência da vereadora Andreia Rezende, secretariada por Jean Carlos, José Fernandes, Professor Marcos, Ananias Júnior e Reamilton do Autismo. Estiveram presentes ainda: Leitão do Sindicato, Alex Martins, Cabo Fred Caixeta, Capitã Elizete, Carlim da Feira, Cleide Hilário, Divino Antônio Santa Cruz, Domingos Paula de Souza, Frederico Godoy, Jakson Charles, Jean Carlos, João da Luz, Luzimar Silva, Policial Federal Suender, Rimet Jules, Seliane da SOS, Thaís Souza. Justificou ausência: Wederson Lopes. Realizada a verificação dos presentes, foi constatado quórum suficiente, e o senhor presidente em exercício, vereador José Fernandes, declarou aberta a Sessão. - **PEQUENO EXPEDIENTE:** A senhora presidente solicitou ao vereador Frederico Godoy que fizesse a leitura do texto bíblico. Também solicitou ao senhor primeiro secretário, vereador Jean Carlos, que fizesse a leitura da Síntese da Ata da Sessão anterior. A ata completa foi colocada à disposição dos senhores e senhoras vereadores e aprovada. A senhora presidente solicitou que se fizesse um minuto de silêncio pelo falecimento da senhora Fábia Fabrício de Castilho, vítima de afogamento durante enchente na chuva da noite anterior. - Usaram a palavra: POLICIAL FEDERAL SUENDER: Cumprimentou os presentes e falou sobre sobre a necessidade de o Poder Executivo realizar uma força-tarefa para reduzir a fila de exames na rede municipal de saúde, que estimou contar com quinze mil (15.000) a vinte mil (20.000) solicitações, visando dar maior agilidade aos diagnósticos. Informou ainda o início de um trabalho de consulta aos dezessete (17) deputados federais de Goiás para que manifestem, de forma categórica, seu posicionamento acerca do projeto de anistia que tramita no Congresso Nacional, criticando condenações que variam de quatorze (14) a dezoito (18)

anos (18) de prisão relacionadas a eventos nacionais recentes. - REAMILTON DO AUTISMO: Cumprimentou os presentes e agradeceu a mobilização popular que permitiu o traslado do corpo de uma mãe de autista para o estado do Pará e ressaltou a importância da Lei Federal número 12764, citando a parceria com a correlatora da norma. Compartilhou sua preocupação pessoal com o futuro de seu filho de dezenove (19) anos e de outras pessoas neurodivergentes, mencionando que muitos autistas adultos possuem dificuldade em compreender o valor monetário de uma nota de vinte reais (R$20,00), o que reforça a necessidade de centros terapêuticos que atendam além da primeira infância e promovam a inserção no mercado de trabalho. - **GRANDE EXPEDIENTE:** Usaram a palavra: RIMET JULES: Cumprimentou os presentes e relevância histórica e cultural dos distritos e povoados de Anápolis, como Goialândia, Joanápolis e Souzânia, ressaltando que tais comunidades carecem de atenção do poder público devido ao distanciamento geográfico. Alertou a administração municipal sobre a falta de policiamento básico nessas regiões, o que tem resultado em problemas de poluição sonora e pequenos ilícitos, e defendeu um esforço conjunto entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para garantir a segurança pública e a assistência necessária aos moradores das áreas rurais e distritais. Relatou demandas específicas de infraestrutura, como a necessidade de reforma do cemitério e da sala de velório em Goialândia, além da reabertura do centro de convivência antigo, fechado em gestões anteriores. Defendeu o apoio governamental às festividades tradicionais, como as Festas da Mexerica, da Banana e do Milho, visando a preservação cultural e o fomento da autoestima das comunidades. Também manifestou o desejo de que o impasse seja resolvido rapidamente para garantir o cronograma normal das atividades esportivas nos distritos. Finalizou o seu discurso lamentando a tragédia ocorrida no dia quatorze (14) de abril (4) de dois mil e vinte e cinco (2025), que vitimou uma cidadã em decorrência das fortes chuvas na cidade. Na condição de presidente da Comissão de Meio

Ambiente, colocou-se à disposição para debater planos de micro e macrodrenagem, abordando temas como o assoreamento e a poluição dos córregos João Cesário, Gois e Antas, além da falta de permeabilização do solo urbano. Defendeu a criação de um protocolo junto à Defesa Civil para o enfrentamento de emergências climáticas e sugeriu ao Poder Executivo que a Secretaria de Meio Ambiente seja restabelecida com orçamento próprio para viabilizar políticas públicas eficientes na área. - FREDERICO GODOY: Cumprimentou os presentes e falou sobre sua preocupação com as recentes fiscalizações realizadas em bares e restaurantes de Anápolis, fundamentadas na Lei Municipal número 279/2012, que institui o Código de Postura. Argumentou que a aplicação rigorosa de uma norma datada do ano de dois mil e doze (2012) poderia inviabilizar a atividade econômica de diversos estabelecimentos, resultando no fechamento de postos de trabalho de garçons, cozinheiros e outros profissionais do setor. Citou nominalmente empreendimentos como o Classe A, Churrasquinho do Claudinho, Bariro e Julieta, ressaltando que tais locais são fundamentais para a economia e o entretenimento da cidade, e criticou a postura considerada truculenta de alguns fiscais durante horários de pico. Questionou a seletividade das inspeções, indagando se o mesmo rigor aplicado aos bares estava sendo direcionado a igrejas e estabelecimentos que ocupam calçadas na Avenida Brasil. Defendeu a urgência de uma revisão no Código de Postura, afirmando que os limites de ruído vigentes, de setenta e cinco (75) decibéis das seis (6) às dezenove (19) horas, setenta (70) decibéis das dezenove (19) às vinte e duas (22) horas e sessenta (60) decibéis das vinte e duas (22) às seis (6) horas, são de difícil cumprimento na realidade urbana atual. Informou ter protocolado uma audiência pública para o dia vinte e oito (28) de abril (4), às nove (9) horas, com o objetivo de reunir o Poder Executivo, o Ministério Público, a Polícia Militar e entidades de classe como a ACIA e a CDL para debater alterações na legislação que permitam a convivência entre o desenvolvimento comercial e as

normas de postura urbana. - JOÃO DA LUZ: Cumprimentou os presentes e sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias beneficiárias do programa habitacional municipal "Meu Lote Minha História", instituído por lei na legislatura anterior, ressaltando que, por serem pessoas de baixa renda, não possuem recursos financeiros para edificar nos terrenos doados dentro do prazo estipulado, o que gera o risco de reversão da posse dos lotes à municipalidade. Defendeu a necessidade de realizar uma audiência pública para sensibilizar o chefe do Poder Executivo a encampar o projeto, buscando parcerias com a Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) e com o Governo Federal para garantir a construção das moradias. Concluiu denunciando, na qualidade de presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, a ocorrência de crime ambiental na rua Arezzo, no Bairro Jardim Itália, onde o transbordamento de esgoto sob responsabilidade da Saneago estaria atingindo diretamente o córrego local, anunciando que oficiará a agência de regulação para que a concessionária seja multada por reincidência. - THAÍS SOUZA: Cumprimentou os presentes e comentou sobre a publicação, no Diário Oficial do Município, de um termo de apostilamento referente ao Contrato número trezentos e cinquenta e três (353) do ano de dois mil e vinte e três (2023), medida que viabiliza a retomada das obras da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Veterinária, as quais já apresentam oitenta por cento (80%) de conclusão. Relatou ter participado de uma reunião na Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia (SEITEC), em conjunto com o vereador Alex Martins e o secretário da pasta, para tratar da atualização do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), informando que a Lei Municipal do ano de dois mil e seis (2006) será revogada para dar lugar a uma nova legislação, atualmente em análise pela procuradoria, visando desburocratizar a produção local e garantir a segurança alimentar. Sugeriu, por fim, que o referido selo de inspeção municipal receba o nome do saudoso ex-vereador Zé Caixeta, em reconhecimento à sua trajetória histórica de liderança no sindicato rural e

defesa dos pequenos produtores da região. - JAKSON CHARLES: Cumprimentou os presentes, com especial menção ao Pastor Rodrigo, da Igreja Aliança Eterna. O parlamentar destacou o compromisso da administração municipal com os distritos de Anápolis, ressaltando que regiões anteriormente desassistidas têm recebido investimentos significativos em infraestrutura e lazer. Elogiou a postura do prefeito Márcio Corrêa no acompanhamento da recuperação de estradas vicinais para assegurar a trafegabilidade de ônibus escolares e garantir a segurança nas áreas rurais. Anunciou que a Secretaria de Meio Ambiente será restabelecida na estrutura administrativa do município com orçamento próprio, medida prevista na futura reforma administrativa para fortalecer as políticas públicas do setor. Ao abordar a fatalidade ocorrida em decorrência das fortes chuvas, informou que o governo municipal protocolou projetos de macrodrenagem e contenção de áreas de risco junto ao Governo Federal, totalizando o montante de trezentos milhões de reais (R$300.000.000,00). Ressaltou que noventa e oito por cento (98%) dessas propostas já obtiveram aprovação técnica para a liberação de recursos, demonstrando a celeridade da prefeitura no enfrentamento de problemas de drenagem urbana. - JEAN CARLOS: Cumprimentou os presentes e falou sobre sua preocupação com os distritos de Anápolis, especialmente Souzânia e Interlândia, destacando a importância dessas comunidades para o desenvolvimento econômico e histórico do município. Informou sobre o trabalho de manutenção das estradas vicinais em parceria com a GOINFRA, mencionando a disponibilização de máquinas para recuperar trajetos como a Estrada 001, que interliga Miranápolis, Souzânia e a região de Água Fria. Relembrou sua atuação legislativa para incentivar a instalação de sinal de telefonia móvel nos distritos e ressaltou a alteração na Lei Orgânica Municipal, de sua autoria, que exige que o subprefeito resida há pelo menos três (3) anos no local que administra, visando garantir que o gestor conheça a realidade da comunidade. No que tange à infraestrutura urbana, o parlamentar

celebrou os avanços na iluminação pública por meio de uma ata de adesão, que permitiu a instalação de lâmpadas de LED em dezenas de bairros, como Maracanã, Veneza, Verona, São Jorge e a região de Calixtolândia, estendendo-se também para os distritos. Abordou, ainda, a situação do fornecimento de oxigênio na rede de saúde, esclarecendo que o serviço foi normalizado e que equipamentos foram disponibilizados para pacientes domiciliares após a regularização de pagamentos, refutando a tese de que falecimentos recentes tenham ocorrido por falta do insumo nas unidades de saúde. Lamentou profundamente o falecimento de uma cidadã em decorrência das chuvas, relatando ter visitado o local da tragédia, próximo à região da Matinha. Defendeu a priorização do Plano de Macrodrenagem e a implementação de bacias de contenção, como a prevista para a área próxima ao Atacadão Rio Vermelho, que não foi executada no ano de dois mil e vinte e quatro (2024). Afirmou que os recursos necessários para reparos em locais críticos somam aproximadamente vinte milhões de reais (R$ 20.000.000,00), mas que o município busca trezentos milhões de reais (R$ 300.000.000,00) junto ao Governo Federal para soluções definitivas. Por fim, anunciou a renovação da Frente Parlamentar de Defesa Civil e a necessidade de equipar o órgão com engenheiros e subsídios técnicos para enfrentar problemas crônicos de inundação que persistem desde os anos de dois mil e quinze (2015) e dois mil e dezesseis (2016). - **ORDEM DO DIA:** Foi feita a verificação dos presentes e constatado o quórum suficiente. Houve votação de Projetos: **1- Projeto de Decreto Legislativo 90/2025,** de autoria da vereadora Cleide Hilário. Dispõe sobre a concessão de outorga de Título de Cidadania Anapolina à Tenente SARA ALVES DE SOUZA GONZAGA e dá outras providências. Retirado de pauta por ausência de quórum qualificado. - EM PRIMEIRA VOTAÇÃO: **1- Projeto de Lei Ordinária 61/2025,** de autoria da vereadora Andreia Rezende. Institui o "Programa Acolher é Respeitar" no Município de Anápolis, com diretrizes para o atendimento humanizado às mães de natimorto e óbito fetal

nas unidades de saúde públicas e privadas, visando o respeito e apoio durante o luto. Foi apresentada e votada emenda ao projeto original. **2- Projeto de Lei Ordinária 66/2025,** de autoria da vereadora Cleide Hilário. Cria o PROGRAMA NENHUMA MULHER SEM CASA, no Município de Anápolis, e da outras providências. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestou-se desfavorável ao projeto. O projeto foi retirado de pauta a pedido da autora. Houve votação de Moções, Indicações e Requerimentos. - Usaram a palavra pela Ordem: João da Luz, Alex Martins, Policial Federal Suender e Jean Carlos. - **COMUNICAÇÕES:** Usaram a palavra: Ananias Júnior, Frederico Godoy, Reamilton do Autismo, Jean Carlos e Jakson Charles. Sem mais nada a se tratar, a senhora presidente declarou encerrada a Sessão e convocou outra para o dia dezesseis (16) de abril, em horário regimental. - Todas as falas da Sessão estão registradas integralmente nos arquivos de áudio e vídeo dessa Casa de Leis. Para constar, eu, Rodrigo Silva Demetrio, lavrei esta Ata que se aprovada será assinada pela Mesa Diretora dessa Casa de Leis.**********

Andreia Rezende **Presidente**	Jean Carlos **Primeiro Secretário**	José Fernandes **Vice- Presidente**
Professor Marcos **Segundo Secretário**	Ananias Júnior **Terceiro Secretário**	Reamilton do Autismo **Quarto Secretário**